

RECURSO ESPECIAL Nº 1.790.094 - SP (2019/0001228-8)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
RECORRENTE : **ROSEMARY PAPESSO**
REPR. POR : **JOSE PAPESSO FILHO**
ADVOGADOS : **IZAURA APARECIDA NOGUEIRA DE GOUVEIA - SP092666**
MARINÁ ELIANA LAURINDO SIVIERO E OUTRO(S) -
SP085875
RECORRIDO : **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 2/STJ. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. TERMO INICIAL. DATA DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. IMPOSSIBILIDADE NO CASO. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por Rosemary Papesso contra acórdão proferido pelo TRF-3ª Região, assim ementado:

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO LEGAL. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. TERMO INICIAL. DECISÃO FUNDAMENTADA.

I - A questão em debate consiste em saber desde quando o benefício assistencial é devido.

II - O termo inicial do benefício deve ser fixado na data da citação (02.08.2011), considerando o grande lapso temporal decorrido entre o requerimento administrativo (22.11.2004) e a propositura da demanda (16.12.2010), sendo impossível averiguar se presentes os elementos necessários para concessão do benefício desde aquele momento.

III - Não merece reparos a decisão recorrida.

IV - É pacífico o entendimento nesta E. Corte, segundo o qual não cabe alterar decisões proferidas pelo relator, desde que bem fundamentadas e quando não se verificar qualquer ilegalidade ou abuso de poder que possa gerar dano irreparável ou de difícil reparação.

V - Agravo não provido.

Em suas razões de recurso especial, sustenta a recorrente que o Tribunal *a quo* negou vigência ao artigo 37 da Lei 8.742/1993, pois não fixou a data de início do benefício na data do requerimento administrativo, mas na data da citação da Autarquia previdenciária, divergindo do posicionamento do Superior Tribunal de Justiça quanto ao tema.

O prazo para contrarrazões ao recurso especial transcorreu *in albis*.

Noticiam os autos que Rosemary Papesso ajuizou ação em face do Instituto Nacional do Seguro Social, objetivando o reconhecimento do direito ao benefício assistencial.

A sentença julgou o pedido procedente, condenando a Autarquia previdenciária à implementação e ao pagamento do benefício de prestação continuada, com data de início do benefício correspondendo à data de entrada do requerimento, respeitada a prescrição quinquenal.

A Autarquia previdenciária apelou, tendo o Tribunal *a quo*, por intermédio do Relator, dado parcial provimento ao recurso, para fixar o termo inicial do benefício na data da citação.

Contra essa decisão, a autora, ora recorrente, interpôs agravo interno, ao qual foi negado provimento, nos termos da ementa supratranscrita.

É o relatório, decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 2/STJ: aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

A questão recursal gira em torno do termo inicial do benefício assistencial.

O Tribunal de origem entendeu que o benefício assistencial deve ser concedido a partir da data da citação, em 2/8/2011, considerando, *in verbis*, "o grande lapso temporal decorrido entre o requerimento administrativo (22.11.2004) e a propositura da demanda (16.12.2010), sendo impossível averiguar se presentes os elementos necessários para concessão do benefício desde aquele momento".

O benefício de prestação continuada é uma garantia constitucional, de caráter assistencial, previsto no artigo 203, V, da Constituição Federal de 1988, regulamentado pelo artigo 20 da Lei 8.742/1993 e também pela Lei 10.741/2003, o Estatuto do Idoso.

Consiste no pagamento de um salário mínimo mensal às pessoas com deficiência ou idosas, desde que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família.

Para concessão do referido benefício, o requerente, além de comprovar sua deficiência ou a idade avançada, deverá demonstrar que a renda familiar mensal *per capita* é inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo, além da incapacidade de prover a sua sobrevivência ou a de seu núcleo familiar, sendo certo que o requisito relativo à renda *per capita* foi relativizado pela jurisprudência do STJ, no Recurso Especial Repetitivo 1.112.557/MG.

O benefício em exame está consubstanciado nos fundamentos do Estado Democrático de Direito, tais como o da erradicação da pobreza e da construção de uma sociedade livre, justa e solidária, garantindo-se ao cidadão brasileiro o mínimo existencial com dignidade.

O benefício assistencial está voltado ao mínimo existencial digno, concretiza um mínimo de segurança social, por intermédio de prestações mensais que devem assegurar a sobrevivência dos que dele necessitem.

Por outro lado, a concessão do benefício está sujeita à avaliação da deficiência e do grau de incapacidade, composta por avaliação médica e avaliação social realizadas por médicos peritos e por assistentes sociais do INSS, de forma periódica.

A parte recorrente pretende ver reconhecido o direito em fixar o termo inicial do benefício à data do requerimento administrativo.

O Tribunal *a quo* não reconheceu o pleito, pois decorridos mais de cinco anos entre o indeferimento do requerimento administrativo e o ajuizamento da ação.

Com efeito, a pretensão ao benefício assistencial em si não prescreve, mas as prestações não reclamadas em certo tempo sim, essas vão prescrevendo uma a uma, em virtude da inércia do beneficiário.

O benefício assistencial é de caráter temporário, razão pela qual o indeferimento

do requerimento administrativo é passível de revisão no quinquênio prescricional, conforme decidido pelo Tribunal *a quo*.

Nesse sentido:

PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. TERMO INICIAL RETROATIVO AO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. IMPOSSIBILIDADE NO CASO. TRANSCORRIDOS MAIS DE CINCO ANOS ENTRE O INDEFERIMENTO ADMINISTRATIVO E O AJUIZAMENTO DA AÇÃO. BENEFÍCIO DE CARÁTER TEMPORÁRIO. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. NÃO OCORRÊNCIA. POSSIBILIDADE DE DEFERIMENTO DE OUTRO BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

[...]

2. A concessão do benefício está sujeita à avaliação da deficiência e do grau de incapacidade, composta por avaliação médica e avaliação social realizadas por médicos peritos e por assistentes sociais do INSS, de forma periódica. Caso o benefício seja concedido, deverá ser revisto a cada dois anos para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem. Portanto, trata-se de um benefício temporário.

3. A pretensão ao benefício previdenciário/assistencial em si não prescreve, mas tão somente as prestações não reclamadas em certo tempo, que vão prescrevendo uma a uma, em virtude da inércia do beneficiário.

4. Em decorrência do caráter temporário do benefício assistencial, no caso concreto, transcorridos mais de cinco anos entre o indeferimento administrativo e o ajuizamento da ação, não se mostra razoável fazer retroagir os efeitos do reconhecimento do direito à data do requerimento administrativo. Novo pedido poderá ser apresentado, com efeitos retroativos somente a partir desse novo pedido.

5. Recurso especial não provido.

(REsp 1.731.956/PE, Segunda Turma, minha Relatoria, julgado em 22/5/2018, DJe 29/5/2018)

Ante o exposto, com fulcro no artigo 932, IV, do CPC/2015, c/c o artigo 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator